

Crônica de costumes

João Santana Filho

CONTRA fatos não há argumentos. No início da noite de sábado, sete de setembro, ficou definitivamente provado que há uma "trama orquestrada" — como denunciara durante a semana o Deputado Humberto Souto (PFL-MG) — tentando envolver e atingir o Congresso Nacional. A grande orquestração, que cercou o prédio do Congresso, foi presenciada por milhares de incrédulas testemunhas que viram quando o maestro Alceu Bocchino, com uma subversiva batuta nas mãos, fez tremer os alicerces do poder ao detonar, com a ajuda da orquestra sinfônica de Brasília os primeiros acordes da *Sinfonia da Alvorada*, do compositor Tom Jobim. A partir de agora ficará muito difícil para a imprensa, acusada por parlamentares de ser o instrumento-solo desta partitura, negar a existência da orquestração que pretende destonar o Legislativo e desafinar a democracia.

Mais do que isso — cabe agora à imprensa tomar cuidado. Inspirados, talvez, na constatação do Senador Aderbal Jurema (PFL-PE), de que o Legislativo sofre críticas porque é um poder desarmado, ou na empáfia saudosista do Deputado Arthur Virgílio Neto (PMDB-AM), que desafiou o *Jornal de Brasília* a colocar como pano de fundo da foto do circo o prédio-sede do Estado-Maior das Forças Armadas, soldados do neo-autoritarismo partem para formar o arsenal bélico do Congresso.

Acosados pela própria fraqueza, os formuladores das leis ameaçam usar as ferramentas da ordem democrática para forjar armas de defesa pessoal. O Deputado Gastone Righi (PTB-SP), que traz em seu currículo a recuperação da autonomia política de Santos, anuncia o mais curioso projeto de lei na relação Governo-imprensa, nascido em período de plena normalidade democrática. Ele simplesmente proíbe a divulgação de toda a publicidade de Governo nos meios de comunicação. Uma mistura da prática de alguns tiranetes de província — que até hoje asfixiam, em seus estados, a imprensa oposicionista com cortes de verbas da publicidade oficial — com um movimento em contra-mão, na norma de publicidade do fascismo, que recomenda o uso excessivo dos meios de comunicação de massa para fins de sustentação política.

O projeto Righi, que tem um claro, exclusivo e inútil efeito intimidativo, deve morrer no berço de sua própria sandice. Mas ele, como outras ameaças, reações e interpretações produzidas por parlamentares nos últimos dias, servirá para compor um excelente roteiro para o estudo do perfil do atual Congresso. Confundindo suas pessoas com a instituição, incapazes de perceber que prerrogativas e privilégios têm em comum ape-

nas a letra inicial das duas palavras, parlamentares têm deixado na esteira do debate um saldo assustador.

Nesta etapa da guerra contra a imprensa, alguns deputados, repetindo os mesmos mecanismos do autoritarismo que tanto condenavam, miram com desenvoltura as armas para dois flancos — as empresas e os empregados. Depois da ameaça de denúncia pública de jornalistas com empregos no Congresso — de todo salutar —, parte-se, sutilmente, para o cerceamento do trabalho dos repórteres que cobrem o dia-a-dia do Legislativo. A luta, de tão confusa e mesquinha, pode produzir nos próximos dias um fato paradoxal — um grupo de deputados pretende lembrar aos diretores de jornais a existência de 16 projetos, em tramitação, que favorecem os trabalhadores de imprensa e que, se colocados em votação em regime de urgência, podem contrariar os interesses de algumas empresas.

O calor dos debates, todavia, não tem servido apenas para produzir artimanhas como esta, e se torna produtivo na medida que serve para desvendar, para a nação, a ideologia e o pensamento dos responsáveis pela elaboração de suas leis. Nada mais esclarecedor do que a entrevista do presidente do Congresso Nacional, o Senador José Fragelli, publicada ontem pelo *Correio Braziliense*. Depois de defender enfaticamente a continuação do pagamento dos jetons aos parlamentares faltosos às sessões do Congresso, Fragelli, em um assombroso malabarismo jurídico, conclui que a culpa é mesmo da imprensa.

"O jurista Jean Cruet", recorre Fragelli, "diz que nunca se viu a lei modificar os costumes, mas sim os costumes modificarem a lei. O pagamento dos jetons é um hábito de 25 anos e nunca foi contestado por ninguém". E arremata, ao ser questionado sobre a inconstitucionalidade deste tipo de pagamento: "Vocês querem", diz o senador, referindo-se à imprensa, "que o Congresso viva uma vida artificial e não uma vida real como esta que todos nós temos que viver. Então, preferem o texto frio da Constituição e não hábitos e costumes que se instalaram aqui há 25 anos".

Frases como essas, ditas pelo presidente do Congresso Nacional, caem como uma ducha gelada não sobre o "texto frio" da carta constitucional, mas sobre o corpo vivo da nação. Recomenda-se ao ilustre Senador José Fragelli que, ao ocupar a cadeia de rádio e TV, na quinta-feira, esgrima argumentos menos chocantes. Afinal, se depender do peso dos maus costumes, a nova Constituição, a ser elaborada em 1987, tornar-se-á uma verdadeira escola de escândalos. O nepotismo e a corrupção, por exemplo, estão arraigados sob o peso de 400 anos de história do Brasil. Uma faixa de tempo muito mais ampla e convincente do que os 25 anos da era dos jetons.